Introdução

Alice Delerue Matos*

Neste número da Revista *Configurações* apresentamos um conjunto de artigos estruturados em torno dos conceitos sociais de geração e de género. Mereceram particular atenção as transformações das relações intra e intergeracionais e as relações de género, por um lado, e o processo de construção das identidades associadas a estas categorias sociais, por outro.

A abrir este número, Michel Loriaux interroga-se sobre uma questão no vértice da actualidade, a do impacto da actual crise económica e financeira nas relações intergeracionais. Numa análise centrada nas sociedades envelhecidas, contrapõe à tese do endurecimento das relações entre gerações, uma outra que perspectiva o reforço das solidariedades intergeracionais, alicerçadas nas políticas sociais dos Estados.

O autor começa por discutir as causas do envelhecimento demográfico, pondo em evidência o facto de a redução da fecundidade, causa primordial do fenómeno, ter sido suplantada pela sua causa secundária, ou seja, pelo recuo da mortalidade que determinou um envelhecimento no topo da pirâmide etária.

O envelhecimento demográfico acompanhou uma profunda transformação das sociedades, designada de segunda transição demográfica por Lesthaeghe e van de Kaa (1986)[1]. Michel Loriaux debruça-se sobre um aspecto particular desta transformação social: a redefinição das relações intergeracionais. Opondo-se àqueles que apregoam uma guerra de gerações, o autor afirma que a crise económica e financeira pode conduzir, ao invés, a um reforço das relações e solidariedades intergeracionais.

No trabalho de Engrácia Leandro, Paulo Nossa e Maria José Boavida, a análise recai sobre a dinâmica das famílias portuguesas na Alemanha e em França, numa perspectiva de género e intergeracional. A partir das trajectórias de mulheres e homens migrantes fundamentalmente de duas gerações, os autores desenvolvem uma análise na confluência de diversas disciplinas, sobre os efeitos dos processos migratórios na família

* Socióloga, demógrafa. Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho; adelerue@ics.uminho.pt.

[1] Lesthaeghe R.J. e van de Kaa D.J. (1986), Twee demografische transities? [Two demographic transitions?] *in* Dirk J. van de Kaa e Ron J. Lesthaeghe (eds.), *Bevolking: groei en krimp*, Denter, Van Loghum Slaterus, 9-24.

e, em particular, nas mulheres que assumem o papel de protagonistas na promoção do êxito do projecto familiar de migração. Concluem que os contextos migratórios internacionais favorecem a redefinição dos papéis individuais, familiares e sociais, que se traduz, entre outros aspectos, numa maior autonomia das mulheres, na modernização das relações conjugais e parentais e na mobilidade social ascendente da família.

As relações de género e, mais especificamente, as desigualdades de género voltam a ser objecto de análise por Manuel Carlos Silva. Este autor revisita criticamente algumas teorias explicativas deste tipo de desigualdades, propondo a articulação dos conceitos de género e classe numa perspectiva teórica que cruza um posicionamento feminista com uma perspectiva marxista-weberiana sobre as relações sociais de conflito e as relações de dominação e poder a nível macro e micro. A análise teórica anterior dá lugar à descrição de algumas desigualdades de género em Portugal, cuja explicação remete para a hipótese da sua reprodução e eventual reforço a nível sócio-estrutural, político-organizacional e interaccional, mas sem perder de vista o contraponto que a combate; a diminuição das desigualdades e discriminações de género são também possíveis a nível dos três patamares referidos. Se a subordinação histórica e actual da mulher desde o nível interactivo, doméstico e reprodutivo, reforçando-se a nível da esfera política e das organizações, se cimentou ao nível sócio-estrutural, também a emancipação de género – e de classe – terá que ocorrer a esses três níveis.

Perspectivando o grupo geracional da infância como categoria social e as crianças como actores sociais que afrontam, não raras vezes, a norma ocidental da infância, Manuel Sarmento e Rita Marchi definem as linhas de desenvolvimento para uma Sociologia da Infância crítica. Apesar de reconhecerem que o campo científico desta disciplina está estabelecido, os autores encetam uma profícua reflexão crítica sobre os paradigmas teóricos e epistemológicos da construção do conhecimento da categoria social das crianças. Esta reflexão permite erigir bases teóricas renovadas para a interpretação crítica da infância contemporânea, alicerçadas na análise histórica e social da conceptualização da infância moderna, na caracterização dos processos de individualização e de globalização da sociedade e no trabalho empírico realizado a partir da análise das crianças "excluídas", "furtivas" e daquelas que se encontram "ausentes" enquanto actores sociais concretos, no discurso da Sociologia da Infância.

A preocupação de dar a palavra ao grupo geracional em análise mantém-se no texto de Maria das Dores Guerreiro, Ana Caetano e Eduardo Rodrigues. Numa abordagem avisada pela Sociologia da Família e por uma perspectiva crítica das relações de género, os autores interpretam os processos de construção e mudança dos modelos culturais de paternidade, narrados por jovens com idades compreendidas entre os 11 e os 14 anos. Este artigo evidencia a complexidade simbólica das representações sociais dos jovens acerca dos comportamentos e atitudes dos pais e acerca dos modelos de paternidade.

Finalmente, os indivíduos com 65 anos e mais que prestam cuidados a idosos dependentes, em contexto domiciliar, constituem a população-alvo, na pesquisa de Fátima Barbosa e Alice Delerue Matos. A partir de uma análise das dinâmicas familia-

res e sociais, as autoras constroem uma tipologia de prestação de cuidados a idosos com diferentes graus de dependência e põem em evidência os não despiciendos riscos inerentes a cada situação-tipo, tanto para o cuidador como para o idoso dependente. A análise destes riscos justifica a proposta de medidas de política social de apoio aos cuidadores familiares idosos, enquanto actores sociais ausentes do discurso político.